

1º PROCESSO SELETIVO

Pós-Graduação

Projeto Assistência Legal na Execução Penal



DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE RONDÔNIA

Caderno de Provas

Psicologia

ESTE CERTAME É COMPOSTO DE **PROVA OBJETIVA**:

CONTENDO 30 (TRINTA) QUESTÕES DE MÚLTIPLA ESCOLHA, CADA UMA COM 4 ALTERNATIVAS DE RESPOSTA – A, B, C e D, HAVENDO APENAS UMA CORRETA;

VERIFIQUE SE ESTE MATERIAL ESTÁ EM ORDEM, CASO CONTRÁRIO, NOTIFIQUE IMEDIATAMENTE O FISCAL. RESERVE OS 30 (TRINTA) MINUTOS FINAIS PARA MARCAR SEU CARTÃO DE RESPOSTAS.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme orientação do fiscal de sala.

Não haverá substituição do cartão de respostas por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova; Somente faltando 2 (duas) horas para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;

Ao término da prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão Resposta.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas, poderá implicar a anulação da sua prova.

DURAÇÃO DA PROVA

🕒 4 HORAS

DIREITOS HUMANOS

1. A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada em 10 de dezembro de 1948, durante Assembleia Geral das Nações Unidas, como uma das medidas para responder diretamente as calamidades e os atos atrozos vivenciados por todos os povos do mundo durante a Segunda Guerra Mundial. Considerando esse documento tão importante, assinale a alternativa incorreta:

- a) Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.
- b) Todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
- c) Quem trabalha tem direito a uma remuneração que esteja de acordo com as leis do mercado sem precisar ser complementado por outros meios de benefício social.
- d) Ninguém será submetido a tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.

2. Considerando ainda a Declaração Universal de Direitos Humanos, assinale a alternativa correta:

- a) O documento afirma que alguns indivíduos possuem o direito de reconhecimento, em alguns lugares e circunstâncias específicas, da sua personalidade jurídica
- b) O documento prevê que todas as pessoas devem ser protegidas do trabalho escravo e da servidão
- c) A declaração prevê que algumas pessoas podem ser arbitrariamente presas, detidas ou exiladas visando a proteção de toda a sociedade
- d) A declaração afirma que a maternidade e a infância têm direito a ajuda e a assistências especiais, principalmente as de caráter filantrópico e de caridade. Também prevê que, nem todas as crianças, principalmente as nascidas fora do matrimônio, devem gozar da mesma proteção social

DIAGNÓSTICO, AVALIAÇÃO E ENTREVISTA PSICOLÓGICA

3. Psicólogas(os) de diversas áreas e abordagens utilizam a entrevista como parte do diagnóstico, da avaliação psicológica, do tratamento e de processos de seleção. Assim, a(o) profissional de Psicologia, durante a entrevista, deverá:

- a) fazer uso de gírias, jargões e estabelecer uma comunicação excessivamente informal.
- b) solicitar que a pessoa atendida ou avaliada detalhe certas partes de sua narrativa, principalmente se remetidas à infância, mesmo que a coloque em situações constrangedoras ou desconfortáveis.
- c) dispensar a necessidade de compreender como a pessoa avaliada se encontra no momento da entrevista e o contexto em que ela vive.
- d) estar inteiramente disponível e presente no momento da entrevista, concentrando toda a sua atenção ao conteúdo e ao processo, cuidando para não fazer interferências em excesso e de forma desnecessária.

ELABORAÇÃO DE DOC. DECORRENTES DE AVALIAÇÕES PSICOLÓGICAS: LAUDOS, RELATÓRIOS E OUTROS DOCUMENTOS ESCRITOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÕES DO CFP.

4. Considerando a Resolução nº 6 de 29 de março de 2019 do Conselho Federal de Psicologia, que institui as regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional, é incorreto afirmar que:

- a) O documento psicológico sistematiza uma conduta profissional na relação direta de um serviço prestado à pessoa, grupo ou instituição
- b) A confecção do documento psicológico deverá ser realizada independente de solicitação de usuário do serviço de Psicologia, de seus responsáveis legais, de um profissional específico, das equipes multidisciplinares ou de autoridade, podendo ser resultado de um processo de avaliação psicológica, acolhimento ou qualquer outro tipo de intervenção terapêutica
- c) A(o) psicóloga(o) deverá adotar, como princípios fundamentais na elaboração de seus documentos, as técnicas da linguagem escrita formal e os princípios éticos, técnicos e científicos da profissão
- d) Na prestação de serviços psicológicos, os envolvidos no processo possuem o direito de receber informações sobre os objetivos e resultados do serviço prestado, bem como ter acesso ao documento produzido pela atividade da(o) psicóloga(o)

TRANSTORNOS DE PERSONALIDADE

5. São considerados modalidades de documentos psicológicos segundo a Resolução nº 6 de 29 de março de 2019 do Conselho Federal de Psicologia:

- Declaração, atestado e relatório psicológico apenas
- Apenas o atestado psicológico, o laudo psicológico, o relatório psicológico e multiprofissional
- Declaração, atestado, relatório e laudo psicológico apenas
- Declaração, atestado psicológico, relatório psicológico e multiprofissional, mais o laudo psicológico e parecer psicológico

6. Considerando a Resolução nº6 de 29 de março de 2019, do Conselho Federal de Psicologia, o relatório psicológico é composto dos seguintes itens:

- identificação, descrição da demanda, procedimento, análise, conclusão e referências
- identificação, procedimento, análise e conclusão apenas
- identificação, descrição da demanda, procedimento, análise e conclusão
- identificação, procedimento, análise, conclusão e referências.

TRANSTORNOS DE HUMOR

7. Considerando o DSM-5 e as características diagnósticas do transtorno bipolar tipo I, o humor no episódio maníaco pode ser caracterizado como:

- triste, desesperançoso, desencorajado e irritado.
- ansioso, acompanhado de medo de objetos específicos ou situações imaginárias, comportamento de esquiva, palpitações e coração acelerado.
- eufórico, excessivamente alegre, expansivo ou irritável, com entusiasmo ilimitado e indiscriminado para as interações interpessoais, sexuais ou profissionais.
- ansioso, com a presença de obsessões, compulsões, perfeccionismo, intolerância e necessidade de controle.

8. O transtorno da personalidade borderline se caracteriza por:

- um padrão de instabilidade nas relações interpessoais, na autoimagem e nos afetos, com impulsividade acentuada.
- um padrão de desconforto agudo nas relações íntimas, distorções cognitivas ou perceptivas e excêntricas do comportamento.
- um padrão de distanciamento das relações sociais e uma faixa restrita de expressão emocional
- é um padrão de desconfiança e de suspeita tamanhas que as motivações dos outros são interpretadas como malévolas.

TRANSTORNOS DEPRESSIVOS

9. Paulo, de 45 anos de idade, durante avaliação psicológica e psiquiátrica, se queixa de falta de atenção e de concentração, falta de prazer, retardo psicomotor, perda de energia, insônia e ideação suicida há mais de três semanas. Não apresenta queixas de delírios e alucinações. Considerando as queixas de Paulo, as contribuições da psicopatologia e o DSM-5, pode-se assinalar que o paciente está com um quadro de transtorno:

- de esquizofrenia
- depressivo
- do pânico
- de personalidade

TRANSTORNO DO ESTRESSE PÓS-TRAUMÁTICO

10. Com base no DSM-5, o transtorno de estresse pós-traumático se caracteriza:

- Pela vivência direta e/ou por testemunhar pessoalmente o evento traumático ocorrido consigo e/ou com outras pessoas;
- Pela exposição de forma repetida a situações aversivas, tal como socorristas que recolhem restos de corpo humano, policiais diariamente combatendo situações de violência e sendo expostos a detalhes de abuso infantil;

III. Por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento relacionado à alimentação que resulta no consumo ou na absorção alterada de alimentos, comprometendo de forma significativa a saúde física, o funcionamento psicossocial e a autoestima;

IV. Manifestação de sintomas de medo, desespero, horror, dissociação e lembranças recorrentes, involuntárias e intrusivas do evento traumático.

É correto afirmar que:

- a) Todas as alternativas estão certas.
- b) Somente a alternativa III está certa.
- c) Somente as alternativas I, II e IV estão certas.
- d) Todas as alternativas estão erradas.

TRANSTORNOS DE HUMOR

11. Sob a pressão de excessiva ansiedade, o ego às vezes é forçado a tomar medidas extremas para aliviar a pressão. Essas medidas são chamadas de mecanismos de defesa. As principais defesas são:

I. Repressão, projeção, formação reativa, fixação e a regressão;

II. Projeção, repressão e fixação apenas;

III. Formação reativa, fixação e regressão apenas;

IV. Projeção, formação reativa, fixação e repressão apenas.

É correto afirmar que:

- a) Todas as alternativas estão erradas.
- b) A alternativa II está correta.
- c) A alternativa correta é a IV.
- d) A alternativa I está correta.

12. De acordo com Hall, Lindzey e Campbell (2000), todos os mecanismos de defesa possuem duas características em comum, sendo:

- a) um é o fato de negar, falsificar ou distorcer a realidade. O outro é o fato de operar de forma inconsciente.
- b) um é o fato de operar de forma consciente e estar de acordo com a realidade.
- c) estar de acordo com a realidade e operar de forma inconsciente

d) operar de forma consciente e negar, falsificar e distorcer a realidade.

ESTÁGIOS DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

13. Considerando a obra de Hall, Lindzey e Campbell (2000) e baseado em estudos psicanalíticos de base freudiana, sabemos que a criança passa por uma série de estágios dinamicamente diferenciados durante os primeiros cinco anos de vida e que cada estágio, nesse período, é definido em termos dos modos de reação de uma zona específica do corpo. Podemos considerar como estágios pré-genitais do desenvolvimento infantil:

- a) estágio oral e genital apenas.
- b) estágio sensorio motor, pré-operatório, operatório concreto e operatório formal.
- c) estágio oral e anal apenas.
- d) estágio oral, anal e fálico.

14. Diferentemente de Freud, Carl Gustav Jung não especificou detalhadamente os estágios do desenvolvimento da personalidade, mas, descreveu quatro estágios gerais de desenvolvimento, a saber: infância, idade adulta jovem, meia-idade e velhice. Sobre a infância, é correto afirmar que:

- a) É o período do “nascimento psíquico” da personalidade, onde emerge a sexualidade e a necessidade de se diferenciar dos pais. A extroversão é a atitude primária e a consciência domina a vida mental, já necessitando lidar com as questões de poder e insegurança.
- b) é determinada por atividades instintuais necessárias à sobrevivência e pelas exigências parentais.
- c) busca-se pela necessidade de significado, propósito e razão para a sua existência.
- d) há um deslocamento e mudança do interesse e das atividades, nesse período a cultura desempenha mais influencia que as questões biológicas.

O PSICÓLOGO E A EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

15. Considerando o Código de Ética Profissional da Psicologia, a(o) psicóloga(o) poderá intervir

na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, nas seguintes situações:

- Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.
- Mesmo quando não for solicitado pelo profissional responsável pelo serviço, uma vez que se entende que na atuação multiprofissional o serviço é de todos(as).
- Somente e unicamente em casos de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço.
- Quando o beneficiário ou usuário do serviço assinar termo de ciência e responsabilidade.

16. Considerando o Código de Ética Profissional da Psicologia, quando trata da elaboração de documentos durante atuação psicológica em equipes multiprofissionais, a(o) psicóloga(o) deve:

- registrar todas as informações que tiver acesso, dada a importância de realizar um trabalho transparente e público
- repassar informações apenas verbalmente e somente as necessárias visando resguardar o sigilo profissional
- registrar todas as informações que tiver acesso com a autorização prévia da pessoa ou grupo avaliado
- registrar apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

17. Considerando o entendimento sobre Justiça Restaurativa, assinale a alternativa incorreta:

- Trata-se de uma técnica de solução de conflito e violência que busca reparar os danos causados pelo crime e promover a reconciliação entre as partes envolvidas.
- A justiça restaurativa é orientada pela conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência
- Diferentemente da justiça retributiva, a justiça restaurativa concentra-se no prejuízo causado, nas relações interpessoais e comunitárias, mais do que nas regras ou nas leis quebradas, indicando que estamos lidando com algo novo e transformador
- A justiça restaurativa não requer e nem prevê a necessidade de promover o encontro entre vítima e

ofensor ou terceiros envolvidos, pois, seu único objetivo é a não revitimização.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO

18. Considerando o Código de Ética da Psicologia, quando trata sobre o relacionamento profissional da(o) Psicóloga(o) com profissionais não psicólogos, marque verdadeiro ou falso nos seguintes itens:

- () A/O Psicóloga(o) encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação;
- () Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo;
- () Poderá proceder com encaminhamentos para outros profissionais considerando o valor cobrado pelos serviços como o principal requisito;
- Assinale a alternativa correta:

- V, V, F;
- V, V, V;
- F, V, F;
- V, F, V

19. Marque verdadeiro ou falso para cada afirmativa abaixo, considerando as vedações ao profissional de Psicologia previstas no Código de Ética da categoria:

- () Ao psicólogo é vedado praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
- () Ao psicólogo é vedado utilizar ou favorecer o uso de conhecimento e a utilização de práticas psicológicas como instrumento de castigo, tortura ou qualquer forma de violência;
- () Ao psicólogo é vedado emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;
- () Ao psicólogo é vedado realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou instituições.



Assinale a alternativa correta:

- a) F, F, F, F
- b) V, V, V, V
- c) V, F, V, F
- d) F, V, V, V

MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DE CONFLITOS

20. A mediação de conflitos é um procedimento que busca a solução de disputas por meio de um/uma mediador(a) que auxiliará as partes a chegarem em um acordo. São princípios fundamentais que regem a atuação de conciliadores e mediadores judiciais:

- a) Paciência, parcimônia, tolerância e neutralidade.
- b) Confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência/autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.
- c) Confidencialidade, imparcialidade, independência e empoderamento, apenas.
- d) Paciência, parcimônia, tolerância, respeito, neutralidade, autonomia e democracia.

DIREITOS FUNDAMENTAIS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

21. Considerando a Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marque a alternativa correta:

- a) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.
- b) O ECA, em nenhum de seus artigos, trata sobre políticas de saúde da mulher, uma vez que é um documento voltado unicamente para a criança e o adolescente.
- c) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, deverão proporcionar condições para a permanência em tempo parcial de um dos pais ou responsáveis, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- d) A criança e o adolescente podem ser educados e cuidados com o uso de correção física leve, como formas de garantir a disciplina e a educação, desde

que seja pelos seus pais ou integrantes de sua família e outros responsáveis legais.

22. Eduarda, de 9 anos de idade, foi acolhida após sua mãe ter buscado o Conselho Tutelar, informando que não teria condições de ficar com a filha. A criança ficou sem receber visitas por um ano, quando uma decisão judicial determinou que ela fosse buscada por família adotiva interessada. Considerando a informação, a decisão judicial pode ser considerada:

- a) precipitada, pois a família pode estar se reorganizando para visitar Eduarda e reassumir a sua guarda
- b) correta, uma vez que o prazo legal máximo de acolhimento de uma criança não procurada por sua família é de 30 dias contados a partir do dia do acolhimento
- c) correta, pois o prazo legal máximo de acolhimento de uma criança não procurada por sua família é de 80 dias
- d) correta, pois o prazo legal máximo de acolhimento de uma criança que não foi procurada por sua família ou responsável é de 155 dias

23. O ECA prevê que as crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, na qual deve constar:

- I. identificação da criança ou adolescente, qualificação completa de seus pais ou responsáveis, se conhecidos;
 - II. o endereço de residência dos pais ou responsável, sem pontos de referência
 - III. os nomes de todos os seus parentes e familiares de primeiro e segundo grau
 - IV. os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar
- É correto afirmar que:

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
- b) Todas as afirmativas estão erradas.
- c) Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.

MEDIDAS ESPECÍFICAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

24. Nos casos em que os direitos da criança e do adolescente forem violados, a autoridade competente poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I. encaminhamento aos pais ou responsável, não necessitando de termo de responsabilidade
- II. orientação, apoio e acompanhamento temporários
- III. inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I e II.

FAMÍLIA SUBSTITUTA, GUARDA, TUTELA E ADOÇÃO

25. Considerando o previsto pelo ECA sobre a colocação da criança e adolescente em família substituta, guarda, tutela e adoção, é incorreto afirmar:

- a) Tratando-se de crianças maior de 5 (cinco) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
- b) A colocação da criança ou adolescente em família substituta será precedida de sua preparação gradativa e acompanhamento posterior, realizados pela equipe interprofissional a serviço da Justiça da Infância e da Juventude, preferencialmente com o apoio dos técnicos responsáveis pela execução da política municipal de garantia do direito à convivência familiar.
- c) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
- d) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida.

LEI MARIA DA PENHA

26. A Lei Maria da Penha identifica as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Sobre a violência moral, ela pode ser entendida como:

- a) qualquer conduta que ofenda a sua integridade ou saúde corporal.
- b) qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.
- c) qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.
- d) qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões.

27. Considerando a Lei Maria da Penha, uma vez que for verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher ou de seus dependentes, o agressor deve ser imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida pela(s)/pelo(s):

- a) familiares ou pessoas próximas, uma vez que a proteção da mulher é todos(as).
- b) pela autoridade judicial, delegado de polícia ou policial.
- c) somente e unicamente pela autoridade judicial.
- d) pela Defensoria Pública, Ministério Público, Delegacia de polícia ou Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Mulher.

LEI DA GUARDA COMPARTILHADA

28. A Lei da Guarda Compartilhada afirma que compete aos pais, qualquer que seja a situação conjugal deles, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos:

- I. dirigir-lhes a criação e a educação;
- II. conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para viajarem ao exterior;
- III. representá-los judicial e extrajudicialmente até os 14 (quatorze) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;



IV. exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) III apenas, todas as demais estão erradas.
- d) IV apenas, todas as demais estão erradas.

LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL

29. Considerando o que dispõe a Lei da alienação parental, são formas exemplificativas de alienação parental:

- I. dificultar o exercício da autoridade parental.
- II. dificultar contato de criança ou adolescente com genitor.
- III. omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço.
- IV. mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Assinale a alternativa correta:

- a) todos os itens estão errados.
- b) todos os itens estão corretos.
- c) apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- d) apenas o item II está correto.

30. Segundo a Lei da alienação parental, considera-se ato de alienação parental:

- I. falar com a criança ou o adolescente sobre aspectos da personalidade ou do caráter de um dos genitores que podem ser melhorados
 - II. brigas e discussões na frente da criança ou do adolescente
 - III. bloquear o outro genitor em redes sociais quando há outra forma deste manter contato com o filho, bem como para mantê-lo a par das situações relativas à criança
 - IV. a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este
- Marque a alternativa correta:

- a) todos os itens estão errados
- b) apenas os itens I, II e III estão corretos
- c) todos os itens estão corretos
- d) apenas o item IV está correto

FIM